3

4

5 6

7

8 9

10

11 12

13 14

15

16 17

18

19

20

21

22

23

2425

26

2728

29

30 31

32

33 34

35

36 37

38

39

40

41 42

43

44

45

46 47

48

49 50

51

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da CETESB, em Ribeirão Preto, às nove e quinze da manhã, teve início a quarta reunião ordinária da Câmara Técnica da Agenda 21 e Educação Ambiental (CTAEA) do Comitê de Bacia do Rio Pardo, com a Sra. Simone Kandratavicius, Secretária da Câmara, dando boas vindas a todos os presentes. Os membros e convidados presentes eram: Rita de Cássia Delgado Sarafian e Édia Medeiros Leal do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, Flávia D. C. Mendes da Cunha, André Barioni, Alessandra Perticarrari Soares da Cruz e Sofia Ratz da Secretaria de Estado de Educação, Guilherme Sandoval de Araújo da Fundação Florestal da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Perci Guzzo da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (PMRP), Érica Fabiana Salles de Camargo da Prefeitura Municipal de Cravinhos, Simone Kandratavicius da Associação Cultural e Ecológica Pau-Brasil, Marisa Heredia do Centro Universitário Moura Lacerda, Rosani Cristina Rigamonte das Faculdades da Fundação de Ensino de Mococa (FAFEM), Jábar Jauhar da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Mococa, Paloma Mencarini da Associação Brasileira do Agronegócio da Regional de Ribeirão Preto, Maria Ângela Garófalo da Sociedade de Defesa Regional do Meio Ambiente (SODERMA), Antonio Vitor Rosa do Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores da FFCLRP/USP e Anayra G. Lamas Alcântara do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A sra. Simone colocou em votação a aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária que foi aprovada sem correções. A sra. Simone abriu espaço, conforme previsto em pauta, para os informes de todos os presentes. Inicialmente, os presentes comentaram sobre as ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que tramitam no STF sobre dispositivos do Novo Código Florestal Brasileiro e, com preocupação, a respeito da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 65/2015 que altera de modo drástico e negativo as fases e procedimentos do licenciamento ambiental brasileiro. A sra. Simone anunciou a chegada da primeira remessa de recursos para o Projeto de formação de educadores ambientais populares, capitaneado pela Associação Cultural e Ecológica Pau-Brasil, financiado pelo Fehidro, e convidou a todos para participarem. A sra. Marisa teceu comentário a respeito dos resultados da Escuta Ambiental, promovida pelo MPE, no dia 15 de abril, no auditório do DAEE, dizendo que os itens elegidos como prioridades de atuação durante a reunião foram: plano de saneamento e atividades de educação ambiental. O grupo presente entendeu que essa iniciativa é uma aproximação do MPE com as ações de gestão e planejamento dos governos municipais e o governo estadual. Foi compartilhada a informação de que uma comissão foi eleita para dar andamento nos resultados obtidos da Escuta Ambiental. A sra. Édia trouxe a notícia de que o evento "Diálogos" será realizado a cada dois anos e não mais anualmente. A sra. Rita trouxe a informação de que a Oficina "Planos de Bacia" direcionada a todos os CBHs do Estado, será realizada nos dias 30 e 31 de maio do presente, em Ribeirão Preto. Dando sequência à pauta, teve início o "Momento-formação" da CTAEA, com o sr. André e a sra. Flávia da Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto (DE-RP). Eles expuseram as ações de educação ambiental direcionadas às 102 (cento e duas) escolas da DE-RP. Inicialmente falaram sobre o funcionamento do trabalho entre as coordenações por área e as coordenações pedagógicas de cada unidade escolar. Em seguida expuseram as dificuldades de não terem momentos suficientes de formação com os professores e coordenadores. Expuseram a preocupação de manterem a reflexão sobre a ação pedagógica. Em seguida o grupo discutiu um pouco a respeito do projeto de lei que tramita no Senado, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima do PSDB, sobre a criação da disciplina de Educação Ambiental no currículo escolar. Grande parte dos presentes se manifestaram contrários a esta iniciativa, tendo como principal argumento, a fragmentação do saber, entre outros. Em seguida foi discutida a relação da educação ambiental trabalhada intramuros na escola e as situações contraditórias da gestão ambiental junto à sociedade. A sra. Alessandra pontuou a necessidade da educação ambiental ir além da mudança de comportamento pelo comportamento, mas sim de buscar uma conscientização profunda e crítica. Neste sentido, a sra. Alessandra lembrou que a EA pode sim colaborar na promoção de mudanças na gestão ambiental equivocadas de governos e empresas. A sra. Sofia teceu comentários sobre algumas experiências de EA no âmbito da DE de São João da Boa Vista. Entre elas, falou da experiência da inserção nas escolas do Projeto Nascentes do Governo do Estado. Em seguida, destacou a experiência da premiação por colaboração e não pela competição. A sra. Flávia relatou a experiência de ações neste ano de 2016 de EA com a área da Saúde, sobretudo com a questão das doenças transmitidas pelo Aedes Aegipti e o vírus Influenza. O sr. André também relatou as experiências de educação para o trânsito. Após a finalização do primeiro momento-formação, decidiu-se pela indicação e aceite da sra. Simone fazer o próximo momento-formação, falando a respeito do Projeto de formação de educadores ambientais populares, aprovado pelo Fehidro, em curso neste momento. Em seguida o sr. Vitor alertou a todos para o atual momento político que vive o país, do papel do professor na construção de diagnósticos e de enfrentamento perante as análises superficiais e distorcidas da grande maioria da mídia de massa. A sra. Maria Ângela ponderou sobre a dificuldade que os professores de conviçção socialista têm para repassar seu entendimento e visão de mundo aos seus alunos. A sra. Sofia e o sr. Vitor sugeriram, em seguida, um projeto de formação de professores para a Bacia do Pardo, capitaneado por diferentes instituições e financiado pelo Fehidro. Alguns ponderam da dificuldade de definição de um tomador. A sra. Marisa falou da necessidade de envolver também, num projeto com este perfil, professores da rede particular. Decidiu-se por continuar esse assunto na próxima reunião da CT. Em seguida, a sra. Simone passou a relatar a devolutiva do II Encontro de CTs de EA dos comitês de bacia do Estado de São Paulo, realizado em Campinas, no final do mês de março. Três eixos foram deliberados no referido encontro para serem trabalhados por todas as CTs de EA no Estado. São eles: relação da CT com as demais instâncias do Comitê; atuação da CT para estimular a participação de órgãos públicos e da sociedade civil; estratégias de comunicação e divulgação. A sra. Simone informou que os planos de EA construídos por algumas CTs de EA, tais como Jacaré-Pepira, Paraíba do Sul e Piracicaba/Capivari/Jundiaí utilizaram do modelo de contratação de empresa para fazê-los por meio de termo de referência emitida pelas respectivas CTs. Em seguida discutiu-se novamente a possibilidade ou não de uso de recursos de custeio para ações de funcionamento da CTAEA. Foi feita a sugestão de colocar esta questão na Plenária do CBH-Pardo para que seja encaminhado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Outro caminho sugerido foi via Encontro das CTs de EA. O próximo item da pauta, o Programa de EA da Bacia do Pardo, teve início com a fala da sra. Simone, onde foi pontuado a necessidade de estreitamento deste com o Plano de Bacia. Em seguida a sra. Simone expôs brevemente o conteúdo já elaborado por membros da CTAEA do Programa de EA para a Bacia. Como tarefa para a próxima reunião, decidiu-se que todos deveriam realizar uma leitura comentada do Programa na versão em que ele se apresenta atualmente. Em seguida discutiu-se brevemente a respeito de quem finalizará a concepção e redação do referido Programa. Alguns defendem a ideia de que deva ser contratado empresa ou profissionais da área para fazê-lo; outros entendem que os próprios membros da CTAEA deveriam finalizá-lo. A decisão a esse respeito ficou para ser tomada em ocasião mais oportuna. Em seguida, por volta do meio dia, a sra. Simone agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Quarta Reunião Ordinária de 2016 da CT-AEA, cuja ata foi por mim, Perci Guzzo, lavrada. Ribeirão Preto, 29 de abril de 2016.

52

53

54

55

5657

58

59

60 61

62

63 64

65

66 67

68

69

70

71

72

73

74

75

76 77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88 89

90

91

92

93

94

95